

# Militares vão trabalhar para manter seu papel

BRASÍLIA — O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, afirmou ontem que os militares trabalharão “junto a cada um dos constituintes para que o papel constitucional das Forças Armadas seja mantido em consonância com o atual texto”.

Seremos tarefeiros dos nossos próprios interesses. Trabalharemos junto a cada um dos constituintes e esperamos que o bom senso prevaleça, que a tradição se imponha. Um país como o nosso precisa conservar suas tradições. Faremos um trabalho político inteligente, debatendo, argumentando, exatamente como estou fazendo aqui com vocês, jornalistas, neste momento.

Por sua vez, o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante José Maria do Amaral, disse que a fase atual é de debates, de discussão de idéias, mas a decisão final sobre o papel das Forças Armadas caberá mesmo à Assembléia Nacional Constituinte. Para o Almirante, não há por que mudar o que vem dando certo há quase um século.

— Quanto à questão da segurança interna ou externa, nos tempos atuais é difícil distinguir uma coisa da outra. Até por isso o papel das Forças Armadas não deve ser alterado. Por exemplo, uma ausência completa de petróleo por contingências externas pode provocar uma grave conturbação interna.

O ministro da Aeronáutica, Otávio Moreira Lima, cita outro exemplo de grave perturbação da ordem interna em que as Forças Armadas terão de intervir: nos estados de calamidade pública (enchentes ou desabamentos, por exemplo) pode haver distúrbios graves.

— Em qualquer país democrático e civilizado as Forças Armadas intervêm nesses casos. E isso tem que ser explicitado na Constituição.

O General Leônidas Pires Gonçalves entende que a proposta da comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos não retira das Forças Armadas o papel de “guardiãs da segurança interna”. Explicou que quando a Comissão fala em garantia dos poderes constitucionais, implicitamente está dizendo que os militares

serão responsáveis também pela segurança interna do País.

— O que desejamos, entretanto, é que esse ponto fique explícito, fique bem especificado, como é hoje, na atual Constituição — frisou.

O Secretário da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Ney Prado, disse que a tentativa de “alguns revanchistas” de retirar do texto do anteprojeto de Constituição o papel das Forças Armadas de guardiãs da ordem interna resultou inútil, porque, na parte que estabelece as salvaguardas — estado de sítio e estado de alarme — esse papel é restabelecido.

Ele foi o coordenador do grupo de trabalho que elaborou o capítulo que trata do papel das Forças Armadas e informou que havia sido combinado que não haveria qualquer emenda escrita ao que ficasse decidido:

— Acontece que quando houve a reunião plenária, de todos os membros da Comissão, começaram a surgir emendas orais, em clima emocional, que refletem apenas revanchismo e preconceito contra as Forças Armadas.